

Ministro Paciornik, do STJ, participa de Congresso de Direito Penal

06/12/2021

Na última sexta-feira (3/12), durante a conferência de encerramento do Congresso de Direito Penal do Ministério Público da Região Sudeste, os debates giraram em torno de alicerces jurídicos de aplicação processual penal, fundamentais ao alcance de um direito justo e igualitário.

Rafael Luz/STJ



Ministro Paciornik falou sobre os princípios da lealdade processual e da boa-fé no âmbito do processo penal brasileiro
Rafael Luz/STJ

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Joel Ilan Paciornik, falou sobre "os princípios da lealdade processual e da boa-fé no âmbito do processo penal brasileiro e as consequências de seu descumprimento". Segundo o ministro, o tema se destaca principalmente em virtude do aumento das ações ajuizadas, notadamente de Habeas Corpus. Para o ministro, trata-se de um fenômeno preocupante.

Joel Ilan Paciornik apresentou uma reflexão sobre conceitos da boa-fé, lealdade processual e ampla defesa e argumentou sobre as implicações jurídicas e efeitos decorrentes, bem como a importância de que os conceitos sejam respeitados para que se tenha um processo justo.

Compuseram a mesa da conferência: a presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, a procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Amapá, Ivana Lúcia Franco Cei; o palestrante da noite e ministro do STJ, Joel Ilan Paciornik; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior; a procuradora-geral de Justiça do Espírito Santo, Luciana Gomes Ferreira de Andrade; o procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Paulo Augusto de Freitas Oliveira; o conselheiro do CNMP Otávio Luiz Rodrigues Jr.; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Luciano Mattos; o juiz assessor interinstitucional do CNMP/CNJ, Luciano Nunes Maia Freire; e a vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Larissa Rodrigues Amaral.

"Carta de Araxá"

Após a palestra do ministro do STJ, o promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais Marcos Paulo de Souza Miranda leu a "Carta de Araxá", elaborada após a conclusão dos debates ocorridos nesta sexta-feira. A Carta foi aprovada em plenária e prevê uma série de diretrizes e procedimentos a serem observados, com o objetivo de uniformizar a atuação dos Ministérios Públicos e, assim, garantir maior efetividade no combate à violência e à criminalidade, sobretudo na região sudeste do país.

Após a leitura da Carta de Araxá, o procurador-geral de Justiça do MP-MG, Jarbas Soares Júnior, agradeceu a presença do ministro do STJ, dos integrantes da mesa, de todos os procuradores-gerais e demais participantes do Congresso. "Após três dias de reflexões, debates e aprendizado, a jornada se encerra, mas não o nosso trabalho", concluiu o procurador-geral.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-dez-06/ministro-paciornik-stj-participa-congresso-direito-penal-2/>